

Tribunal da Relação de Lisboa

CÂMARA CÍVEL E PENAL – Secção de Família e Menores

Acórdão n.º 2024/00123/5.2T8LRS

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores

Apelante: Maria Silva, na qualidade de representante legal do menor **João Silva**, NIF 123 456 789, residente em Rua da Esperança, 45, 1100-123 Lisboa.

Apelado: Associação Casa da Juventude, Lda., NIF 987 654 321, sede em Avenida da República, 200, 4000-250 Porto; e **Carlos Mendes**, NIF 112 233 445, ex-diretor da referida associação, residente em Rua das Flores, 12, 3000-150 Coimbra.

Relator: Desembargador **Fernando Lopes**

Juiz da primeira instância: Dr. António Ribeiro, Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Data do julgamento: 12 de janeiro de 2024

Data da publicação: 20 de janeiro de 2024

1. Relatório

1.1. O presente recurso foi interposto pela parte apelante contra a sentença proferida em 5 de novembro de 2023, que, em sede cível, concedeu a tutela de urgência solicitada, determinando:

| Medida Cautelar | Descrição | Data da Constituição |
|--------------------------------|---|----------------------|
| Afastamento | Afastamento imediato do réu Carlos Mendes das funções de direção de qualquer entidade que trabalhe com menores. | 06/11/2023 |
| Suspensão de Atividades | Suspensão preventiva das atividades da Associação Casa da Juventude, Lda., até decisão final. | 06/11/2023 |
| Depósito de Caução | Obrigações de depositar € 150 000,00 a título de garantia patrimonial. | 06/11/2023 |
| Nomeação de Perito | Nomeação de perito psicólogo para avaliação do menor. | 07/11/2023 |

1.2. A apelante impugna a **suspensão de atividades** da associação, alegando excesso e desproporção, bem como a **caução** fixada, considerada excessiva face à capacidade financeira da entidade. Requer, ainda, a manutenção do afastamento do ex-diretor e da nomeação do perito.

1.3. O apelado, por sua vez, sustenta a legalidade da suspensão e da caução, invocando a gravidade dos factos e a necessidade de garantir a efetividade da futura indemnização.

1.4. O Ministério Público, interveniente, apresentou parecer favorável à manutenção das medidas de proteção ao menor, mas sugeriu a revisão do montante da caução.

2. Fundamentação Jurídica

2.1. Do Cabimento do Recurso Nos termos do artigo 560.º, n.º 1, do Código de Processo Civil (CPC), cabe recurso de apelação contra a decisão que concedeu tutela de urgência, sendo o presente recurso tempestivo, uma vez interposto dentro do prazo de 30 dias (art. 560.º, n.º 2, CPC).

2.2. Da Necessidade de Revisão das Medidas Cautelares **2.2.1. Suspensão de Atividades** – A suspensão preventiva de toda a atividade da Associação Casa da Juventude, Lda., implica restrição a direitos de terceiros e risco de prejuízos irreparáveis à comunidade local. O artigo 294.º, n.º 1, do CPC, estabelece que a tutela de urgência deve ser “necessária, adequada e proporcional”. A jurisprudência do Tribunal da Relação de Lisboa (Acórdão 2022/01457/5.2T8LRS) determina que a suspensão total de uma entidade civil só é admissível quando houver prova clara de risco iminente e irreversível para a tutela dos direitos tutelados.

No presente caso, a prova dos abusos recai exclusivamente sobre o réu Carlos Mendes e não sobre a entidade em si, sendo suficiente a imposição de medidas de controle interno (ex.: auditoria externa, supervisão de terceiros) para salvaguardar os menores.

2.2.2. Caução – O valor de € 150 000,00 fixado ultrapassa a capacidade contributiva da associação, conforme demonstra o balanço de 2022 (activo total € 320 000,00; passivo € 280 000,00). O artigo 295.º, n.º 1, alínea “b”, do CPC exige que a caução seja “adequada ao risco e à situação económica do réu”. A jurisprudência (Acórdão 2021/00984/5.2T8LRS) recomenda a fixação de caução proporcional ao património do devedor, podendo ser reduzida a 30 % do valor total do ativo quando este for insuficiente.

2.3. Da Manutenção de Outras Medidas **Afastamento do ex-diretor** – O afastamento de Carlos Mendes está fundamentado no artigo 154.º do Código Penal (abuso sexual de menores) e no dever de vigilância da entidade (art.º 23.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco). A medida revela-se indispensável para garantir a proteção do menor e não se verifica qualquer excesso.

Nomeação de Perito – A nomeação de perito psicólogo é imprescindível para a correta avaliação do dano psicológico sofrido por João Silva, nos termos do artigo 698.º, n.º 2, CPC, e do artigo 180.º, n.º 1, do Código Penal.

2.4. Da Conformidade com o Princípio da Proteção Integral da Criança A Constituição da República Portuguesa (art.º 13.º) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (art.º 3.º) impõem ao Estado e às entidades privadas o dever de assegurar a proteção integral da criança. Assim, as medidas devem equilibrar a proteção do menor com a preservação dos direitos da associação, de forma a evitar danos colaterais desnecessários.

3. Decisão

3.1. Por unanimidade, a Corte de Apelação decide:

| Medida | Decisão | Fundamentação |
|--|--|--|
| Afastamento de Carlos Mendes | Mantida | Necessária para proteção do menor e prevista no art.º 154.º do CP. |
| Nomeação de perito psicólogo | Mantida | Essencial para avaliação do dano e cumprimento do art.º 698.º, n.º 2, CPC. |
| Suspensão de atividades da Associação Casa da Juventude, Lda. | Revogada | Desproporcional e não necessária ao alcance da tutela (art.º 294.º CPC). |
| Depósito de caução | Reduzida a € 45 000,00 (30 % do activo total) | Proporcional à situação económica da entidade (art.º 295.º CPC). |

| Medida | Decisão | Fundamentação |
|--|------------------------------|---|
| Imposição de auditoria externa trimestral | Mantida (nova medida) | Garantia de controlo interno e prevenção de novos abusos. |

3.2. **Custas Processuais** – As custas do recurso ficam a cargo da parte apelada, nos termos do artigo 596.º, n.º 1, CPC.

3.3. **Comunicação** – O presente acórdão será notificado às partes e ao Ministério Público, devendo a decisão ser cumprida no prazo de 10 dias úteis, sob pena de execução coerciva.

3.4. **Registo** – O acórdão será registado no processo nº 2023/04567 e juntado ao dossier criminal em curso.

Lisboa, 20 de janeiro de 2024

Desembargador Relator

Desembargador Fernando Lopes

Câmara Cível e Penal – Secção de Família e Menores

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Dr. António Ribeiro (assinatura digital)